

REFERENCIAL CURRICULAR AMAPAENSE

ENSINO FUNDAMENTAL





ENSINO RELIGIOSO





4.4.9 Ensino Religioso

Competências Específicas de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental

I Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos;

II Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios;

III Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza,

enquanto expressão de valor da vida;

IV Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver;

V Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente;

VI Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

ORGANIZADOR CURRICULAR ÁREA ENSINO RELIGIOSO – ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

ENSINO RELIGIOSO – 1º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Identities e Alteridades	O eu, o outro e o nós	(EF01ER01) Identificar e acolher as semelhanças e diferenças entre o eu, o outro e o nós. (EF01ER02) Reconhecer que o seu nome e o das demais pessoas os identificam e os diferenciam.
	Imanência e Transcendência	(EF01ER03) Reconhecer e respeitar as características físicas e subjetivas de cada um. (EF01ER04) Valorizar a diversidade de formas de vida
Manifestações Religiosas	Sentimentos, lembranças, memórias e saberes	(EF01ER05) Identificar e acolher sentimentos, lembranças, memórias e saberes de cada um. (EF01ER06) Identificar as diferentes formas pelas quais as pessoas manifestam sentimentos, ideias, memórias, gostos e crenças em diferentes espaços.

ENSINO RELIGIOSO – 2º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Identities e alteridades	O eu, a família e o ambiente de convivência	(EF02ER01) Reconhecer os diferentes espaços de convivência. (EF02ER02) Identificar costumes, crenças e formas diversas de viver em variados ambientes de convivência.
	Memórias e símbolos	(EF02ER03) Identificar as diferentes formas de registro das memórias pessoais, familiares e escolares (fotos, músicas, narrativas, álbuns...). (EF02ER04) Identificar os símbolos presentes nos variados espaços de convivência. (EF02ER-AP01) Identificar símbolos presentes em aniversário (bolos, velas, balões...) festa junina (bandeirinhas, roupas...).





	Símbolos religiosos	(EF02ER05) Identificar, distinguir e respeitar símbolos religiosos de distintas manifestações, tradições e instituições religiosas. (EF02ER-AP02) Conhecer as festas populares religiosas do Amapá do calendário local, municipal e estadual.
Manifestações Religiosas	Alimentos sagrados	(EF02ER06) Exemplificar alimentos considerados sagrados por diferentes culturas, tradições e expressões religiosas, local e regional (EF02ER07) Identificar significados atribuídos a alimentos em diferentes manifestações e tradições religiosas presentes no Amapá, de origem indígena, afro-religiosa, europeia e outras.

ENSINO RELIGIOSO – 3º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Identities e alteridades	Espaços e territórios religiosos	(EF03ER01) Identificar e respeitar os diferentes espaços e territórios religiosos de diferentes tradições e movimentos religiosos, principalmente em áreas quilombolas e indígenas do cenário amapaense. (EF03ER02) Caracterizar os espaços e territórios religiosos como locais de realização das práticas celebrativas, das tradições religiosas locais e regionais.
Manifestações religiosas	Práticas celebrativas	(EF03ER03) Identificar e respeitar práticas celebrativas (cerimônias, orações, festividades, peregrinações, entre outras) de diferentes tradições religiosas, enfatizando as práticas religiosas locais e da Amazônia brasileira. (EF03ER04) Caracterizar as práticas celebrativas como parte integrante do conjunto das manifestações religiosas de diferentes culturas e sociedades, de modo a conhecer também esses espaços e territórios presentes em áreas quilombolas e indígenas no cenário amapaense.
	Indumentárias religiosas	(EF03ER05) Reconhecer as indumentárias (roupas, acessórios, símbolos, pinturas corporais) utilizadas em diferentes manifestações e tradições religiosas. (EF03ER06) Caracterizar as indumentárias como elementos integrantes das identidades religiosas.





ENSINO RELIGIOSO – 4º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Manifestações religiosas	Ritos religiosos	(EF04ER01) Identificar ritos presentes no cotidiano pessoal, familiar, escolar e comunitário. (EF04ER-AP01) diferenciar ritos cotidianos (aniversário, formatura, festa junina, carnaval...) de ritos sagrados (oração, batismo, nascimento, casamento, enterro, missa, culto, sessão...). (EF04ER02) Identificar ritos e suas funções em diferentes manifestações e tradições religiosas. (EF04ER03) Caracterizar ritos de iniciação e de passagem em diversos grupos religiosos (nas cimento, casamento e morte). (EF04ER04) Identificar as diversas formas de expressão da espiritualidade (orações, cultos, gestos, cantos, danças, meditações, comidas, bebidas e outros) nas diferentes tradições religiosas, presentes no Amapá.
	Representações religiosas na arte	(EF04ER05) Identificar representações religiosas em diferentes expressões artísticas (pinturas, arquiteturas, esculturas, ícones, símbolos, imagens), reconhecendo-as como parte da identidade de diferentes culturas e tradições religiosas. (EF04ER-AP02) – Apresentar a Fortaleza de São José de Macapá, a Pedra do Guindaste, o Marco Zero do Equador, a partir da sua perspectiva religiosa.
Crenças religiosas e filosofias de vida	Ideia(s) de divindade(s)	(EF04ER06) Identificar nomes, significados e representações de divindades nos contextos familiar e comunitário. (EF04ER07) Reconhecer e respeitar as ideias de divindades de diferentes manifestações e tradições religiosas, local, regional, nacional e mundial.

ENSINO RELIGIOSO – 5º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Crenças religiosas e filosofias de vida	Narrativas religiosas	(EF05ER01) Identificar e respeitar acontecimentos sagrados de diferentes culturas e tradições religiosas como recurso para preservar a memória. (EF05ER-AP01) Reconhecer no Círio de Nazaré, Festa de São Thiago e na Festa dos Tambores exemplos de preservação de memória.
	Mitos nas tradições religiosas	(EF05ER02) Identificar mitos de criação em diferentes culturas e tradições religiosas. (EF05ER03) Reconhecer funções e mensagens religiosas contidas nos mitos de criação (concepções de mundo, natureza, ser humano, divindades, vida e morte).





Crenças religiosas e filosofias de vida	Ancestralidade e tradição oral	<p>(EF05ER04) Reconhecer a importância da tradição oral para preservar memórias e acontecimentos religiosos.</p> <p>(EF05ER-AP02) Identificar tradição oral que trata da preservação da memória do povo da Amazônia.</p> <p>(EF05ER05) Identificar elementos da tradição oral nas culturas e religiosidades indígenas, afro-brasileiras, ciganas, entre outras.</p> <p>(EF05ER06) Identificar o papel dos sábios e anciãos na comunicação e preservação da tradição oral.</p> <p>(EF05ER-AP03) Identificar, no ciclo do Marabaixo, celebrações indígenas e festas religiosas populares, exemplo de preservação da tradição oral.</p> <p>(EF05ER07) Reconhecer, em textos orais, ensinamentos relacionados a modos de ser e viver.</p>
---	--------------------------------	---

ORGANIZADOR CURRICULAR ENSINO RELIGIOSO – ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

ENSINO RELIGIOSO – 6º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Crenças religiosas e filosofias de vida	Tradição escrita: registro dos ensinamentos sagrados	<p>(EF06ER01) Reconhecer o papel da tradição escrita na preservação de memórias, acontecimentos e ensinamentos religiosos.</p> <p>(EF06ER02) Reconhecer e valorizar a diversidade de textos religiosos escritos (textos do Budismo, Cristianismo, Espiritismo, Hinduísmo, Islamismo, Judaísmo, entre outros).</p>
	Ensinamentos da tradição escrita	<p>(EF06ER03) Reconhecer, em textos escritos, ensinamentos relacionados a modos de ser e viver.</p> <p>(EF06ER04) Reconhecer que os textos escritos são utilizados pelas tradições religiosas de maneiras diversas.</p> <p>(EF06ER05) Discutir como o estudo e a interpretação dos textos religiosos influenciam os adeptos a vivenciarem os ensinamentos das tradições religiosas.</p>
	Símbolos, ritos e mitos religiosos	<p>(EF06ER06) Reconhecer a importância dos mitos, ritos, símbolos e textos na estruturação das diferentes crenças, tradições e movimentos religiosos.</p> <p>(EF06ER07) Exemplificar a relação entre mito, rito e símbolo nas práticas celebrativas de diferentes tradições religiosas, de modo a compreender o cenário religioso das comunidades e populações tradicionais do Estado do Amapá, em especial as afro-índigenas.</p>



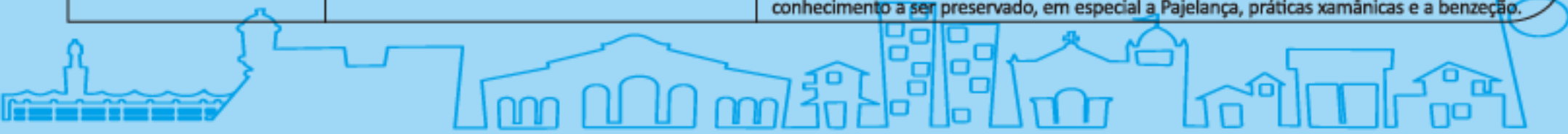


ENSINO RELIGIOSO – 7º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Manifestações religiosas	Místicas e espiritualidades	(EF07ER01) Reconhecer e respeitar as práticas de comunicação com as divindades em distintas manifestações e tradições religiosas. (EF07ER02) Identificar práticas de espiritualidade utilizadas pelas pessoas em determinadas situações (acidentes, doenças, fenômenos climáticos). (EF07ER-AP01) Perceber as festas religiosas locais como patrimônio cultural material e imaterial, para a autoafirmação da identidade regional. (EF07ER-AP02) Exemplificar as práticas espirituais populares de cura, de cuidado com a saúde e de proteção praticados no cotidiano da população amazônica e amapaense.
	Lideranças religiosas	(EF07ER03) Reconhecer os papéis atribuídos às lideranças de diferentes tradições religiosas. (EF07ER04) Exemplificar líderes religiosos que se destacaram por suas contribuições à sociedade. (EF07ER05) Discutir estratégias que promovam a convivência ética e respeitosa entre as religiões. (EF07ER06) Identificar princípios éticos em diferentes tradições religiosas e filosofias de vida, discutindo como podem influenciar condutas pessoais e práticas sociais.
Crenças religiosas e filosofias de vida	Princípios éticos e valores religiosos	(EF07ER07) Identificar e discutir o papel das lideranças religiosas e seculares na defesa e promoção dos direitos humanos.
	Liderança e direitos humanos	(EF07ER08) Reconhecer o direito à liberdade de consciência, crença ou convicção, questionando concepções e práticas sociais que a violam.

ENSINO RELIGIOSO – 8º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Crenças religiosas e filosofias de vida	Crenças, convicções e atitudes	(EF08ER01) Discutir como as crenças e convicções podem influenciar escolhas e atitudes pessoais e coletivas. (EF08ER02) Analisar filosofias de vida, manifestações e tradições religiosas destacando seus princípios éticos.
	Doutrinas religiosas	(EF08ER03) Analisar doutrinas das diferentes tradições religiosas e suas concepções de mundo, vida e morte. (EF08ER – AP01) (Re) Conhecer as práticas e saberes de curas tradicionais da região, como conhecimento a ser preservado, em especial a Pajelança, práticas xamânicas e a benção.





Crenças, filosofias de vida e esfera pública	Místicas e espiritualidades	(EF08ER04) Discutir como filosofias de vida, tradições e instituições religiosas podem influenciar diferentes campos da esfera pública (política, saúde, educação, economia). (EF08ER05) Debater sobre as possibilidades e os limites da interferência das tradições religiosas na esfera pública. (EF08ER06) Analisar práticas, projetos e políticas públicas que contribuem para a promoção da liberdade de pensamento, crenças e convicções. (EF08ER-AP02) Analisar e compreender a importância das religiões no cuidado com o meio ambiente e no processo de sustentabilidade.
	Tradições religiosas, mídias e tecnologias	(EF08ER07) Analisar as formas de uso das mídias e tecnologias pelas diferentes denominações religiosas.

ENSINO RELIGIOSO – 9º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Crenças religiosas e filosofias de vida	Imanência e transcendência	(EF09ER01) Analisar princípios e orientações para o cuidado da vida e nas diversas tradições religiosas e filosofias de vida. (EF09ER02) Discutir as diferentes expressões de valorização e de desrespeito à vida, por meio da análise de matérias nas diferentes mídias.
	Vida e morte	(EF09ER03) Identificar sentidos do viver e do morrer em diferentes tradições religiosas, através do estudo de mitos fundantes. (EF09ER04) Identificar concepções de vida e morte em diferentes tradições religiosas e filosofias de vida, por meio da análise de diferentes ritos fúnebres. (EF09ER05) Analisar as diferentes ideias de imortalidade elaboradas pelas tradições religiosas (ancestralidade, reencarnação, transmigração e ressurreição).
	Princípios e valores éticos	(EF09ER06) Reconhecer a coexistência como uma atitude ética de respeito à vida e à dignidade humana. (EF09ER07) Identificar princípios éticos (familiares, religiosos e culturais) que possam alicerçar a construção de projetos de vida. (EF09ER08) Construir projetos de vida assentados em princípios e valores éticos. (EF09ER-AP01) Compreender lendas e mitos dos povos da Amazônia amapaense como princípios e valores éticos estabelecidos na relação social e com o meio ambiente.





4.5 Organização do Trabalho Pedagógico para os Anos Iniciais

4.5.1 Planejamento

O **planejamento escolar** é uma ação garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que foi estipulada no ano de 1996. Por meio dessa lei, é assegurado que todos os profissionais que atuam na área de educação possam contar com um tempo destinado para pensar, apontar e efetuar o planejamento pedagógico, obtendo assim um melhor controle das atividades educacionais que irão ocorrer durante o ano letivo.

Além disso, o planejamento é uma ferramenta imprescindível para uma satisfatória gestão do tempo, de materiais de ensino, de profissionais e também de espaço, uma vez que, ao planejar, todos os eventos e atividades que a escola irá desenvolver ao longo do ano, delinear-se-ão de forma detalhada; existe assim a possibilidade de possuir um panorama do cenário e alocar os recursos e materiais conforme as necessidades dos períodos do ano letivo.

Vale salientar que entre as várias pautas que podem fazer parte do planejamento pedagógico, estão aquelas que são de extrema relevância para o bom andamento do ano letivo, tais como a apresentação e a análise dos resultados do ano anterior, a definição precisa das grades horárias das disciplinas a serem ministradas, a divisão das turmas, a organização das salas e dos materiais a serem utilizados durante as atividades, a recepção de professores novatos, a divulgação das metas e os objetivos que a equipe de profissionais da escola almeja alcançar, a apresentação do calendário escolar, a criação e a elaboração adequada de planos de ação, entre outros quesitos que são de extrema importância para o bom andamento das aulas e uma melhor abordagem educacional.

Para um planejamento pedagógico eficiente, é importante dar início a esse processo já no ano anterior, a partir do instante em que a equipe de professores e profissionais efetua a avaliação do que deu certo ou errado, de acordo com as ações do último plano. No entanto, isso não quer dizer que esse planejamento será seguido durante todo o ano, afinal, planejar e otimizar os processos escolares é uma atividade constante que sempre precisa ser revista.

Tal planejamento deve levar em consideração uma aprendizagem em que haja interação com o espaço escolar e com os espaços nos quais o jovem se insere; a expressão na aprendizagem de múltiplas linguagens, incluindo os usos sociais da escrita e da matemática; deve estimular a abertura aos novos conhecimentos e a afirmação de sua identidade em relação ao coletivo no qual se insere. Em suma, o planejamento escolar deve privilegiar os usos sociais dos conhecimentos

trabalhados, levando os alunos a serem hábeis nas normas sociais, por meio das linguagens escolares e não escolares e por meio da prática de conhecimentos.

4.5.2 Organização e Utilização do Espaço

A concepção que os profissionais da Educação têm sobre a construção do conhecimento diferencia o projeto pedagógico de cada escola, assim como a maneira como os espaços disponíveis são utilizados. A organização do ambiente escolar reflete a “alma” da instituição e o compromisso com os estudantes. As paredes e demais elementos indicam: o aluno é um sujeito ativo e principal ator na produção e apropriação do conhecimento ou, pelo contrário, é um receptor passivo das informações.

A organização da escola, não apenas da sala de aula, mas de todas as áreas, depende do que a gestão espera da aprendizagem dos estudantes. O coordenador pedagógico precisa estar sempre atento a isso, mas a parceria com toda a equipe é essencial. Discutir com os docentes pode ser o pontapé inicial para reflexões e mudanças que devem fazer parte do projeto político pedagógico da instituição, que deve ser do aluno, para o aluno e para toda a comunidade escolar.

De acordo com Zabalza (2001, p.236), as definições sobre a organização do espaço.

O espaço na educação é constituído como uma estrutura de oportunidades. É uma condição externa que favorecerá ou dificultará o processo de crescimento pessoal e o desenvolvimento das atividades instrutivas. Será estimulante ou, pelo contrário, limitante, em função do nível de congruência em relação aos objetivos e dinâmica geral das atividades que forem colocadas em prática ou em relação aos métodos educacionais e instrutivos que caracterizem o nosso estilo de trabalho.

Outros estudos como os de Horn (2013), embora tenha o foco na organização de espaços na Educação Infantil, indicam, de um modo geral, a relevância da organização do espaço escolar na concretização da intencionalidade educativa, uma vez que, cuidadosamente bem planejado, pode favorecer interações autônomas e cooperativas entre as crianças e dessas com adultos.

Conforme descrito na BNCC (2017), neste campo, há que se considerar, como fator diferenciador de novas propostas pedagógicas, a cultura digital, que tem promovido mudanças sociais significativas nas sociedades contemporâneas. Em decorrência do avanço e da multiplicação das tecnologias de informação e comunicação e do crescente acesso a elas pela maior disponibilidade de





computadores, telefones celulares, tablets e afins, os estudantes estão dinamicamente inseridos nessa cultura, não somente como consumidores. Por sua vez, essa cultura também apresenta forte apelo emocional e induz ao imediatismo de respostas e à efemeridade das informações, privilegiando análises superficiais e o uso de imagens e formas de expressão mais sintéticas, diferentes dos modos de dizer e argumentar, características da vida escolar.

Todo esse quadro impõe à escola desafios ao cumprimento do seu papel em relação à formação das novas gerações. É importante que a instituição escolar preserve seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais. Contudo, também é imprescindível que a escola compreenda e incorpore mais as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e também de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital. Ao aproveitar o potencial de comunicação do universo digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes (BNCC, 2017).

Com relação ao espaço físico da sala de aula, para os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, é necessário pensar nas diferentes formas de organização. É fundamental que seja um local com materiais didático-pedagógicos diversos, disponíveis aos estudantes, que contemplem as habilidades instituídas pelos direitos de aprendizagem dos alunos, a formação protagonista e distinta dos tradicionais materiais feitos unicamente pelos docentes, mas pelo aluno em seu aprender e em seu expressar-se.

4.5.3 Avaliação

Nas discussões sobre o processo de ensino-aprendizagem, encontram-se subsídios para refletir sobre o que é avaliar e alguns elementos que auxiliam a tomar uma nova postura avaliativa. Deve ficar claro que avaliar envolve o exercício de apreciação sistemática e construtiva do processo de desenvolvimento das habilidades e de construção de conhecimentos pelos educandos. Envolve, também, a readequação constante da postura e da prática do professor em função da aprendizagem significativa do aluno.

O papel do docente é estabelecer critérios e construir estratégias necessárias para avaliar diferentes momentos do processo de ensino-aprendizagem. Sua postura

avaliativa possui múltiplas dimensões e implica, inclusive, aferir uma nota ou um conceito ao aluno. É preciso que se redimensionem exercícios, atividades avaliativas ou quaisquer outros instrumentos utilizados para avaliá-los. O professor deve ter claro que, todos os instrumentos que possam permiti-lo aferir alguma nota ou conceito, só terão sentido se, por meio deles, conseguir identificar a apropriação de habilidades pelos alunos.

Se a finalidade do processo de aprendizagem na escola não é apenas o desenvolvimento da memória, é preciso que o docente:

- Defina quais as outras habilidades que seu educando deve desenvolver;
- Articule as unidades temáticas, os objetos do conhecimento e as habilidades previstas para os anos iniciais e anos finais / ciclo com os elementos dos saberes prévios dos alunos.

Essas definições devem ser apresentadas de modo claro no planejamento, a fim de que o educador tenha parâmetros para reorganizar a ordem dos conteúdos trabalhados e sua metodologia de ensino.

De acordo com o que é estabelecido no Art. 24, inciso V, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

A avaliação do sistema deve partir dos objetivos e dos interesses definidos no processo ensino-aprendizagem em sala de aula. Deve ser construída e reconstruída a partir das Diretrizes e das propostas pedagógicas elaboradas, coletivamente, pelas escolas em seus projetos político pedagógicos e orientar-se pela sua prática, baseada nas identidades comuns em meio às diversidades locais, reconhecendo e garantindo, assim, a autonomia da escola na definição dos critérios e formas de avaliação.





- A avaliação deve ser prática constante do processo ensino-aprendizagem, como um instrumento de reflexão e autoavaliação do aluno no seu desenvolvimento;
- Devem-se buscar diversas formas de avaliação que promovam várias oportunidades de reflexão do processo de ensino pelo aluno, pela classe e pelo professor;
- As referências elaboradas pelo coletivo docente devem ser participadas à comunidade e registradas no regimento da escola;

A necessidade de compartilhar à comunidade o que foi definido, em termos de avaliação é muito importante, porque é preciso que todos tenham consciência do significado que cada conceito ou nota possui no processo de ensino-aprendizagem do educando. Por outro lado, cabe à comunidade avaliar o processo avaliativo, apontando as dificuldades e os pontos positivos do processo.

E ainda, na Sessão III do Ensino Fundamental no art. 32, Inciso IV, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, fala da importância do fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Enfatiza-se que os sistemas de ensino, as escolas e os professores, com o apoio das famílias e da comunidade, empenharão esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos, no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis e criando renovadas oportunidades para evitar que a trajetória escolar discente seja retardada ou indevidamente interrompida.

A avaliação deve conter a possibilidade de verificação, pelo aluno, de seu desenvolvimento além das notas quantitativas previstas no sistema escolar. Levar em consideração a experiência dos adolescentes nos contextos familiar, social e cultural, suas memórias, seu pertencimento em um grupo e sua interação com as mais diversas tecnologias. Em suma, pensar em avaliação é retomar a aprendizagem em multidimensões, nos campos sociais, pedagógicos, afetivos, culturais, tanto como produtos de conhecimento, quanto como processos de conhecimento pelo alunado.

4.5.4 Transição entre os Anos Iniciais e Anos Finais

A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais (2017), ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a

progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.

Ampliam-se também as experiências para o desenvolvimento da oralidade e dos processos de percepção, compreensão e representação, elementos importantes para a apropriação do sistema de escrita alfabética e de outros sistemas de representação, como os signos matemáticos, os registros artísticos, midiáticos e científicos e as formas de representação do tempo e do espaço. Os alunos se deparam com uma variedade de situações que envolvem conceitos e fazeres científicos, desenvolvendo observações, análises, argumentações e potencializando descobertas.

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco o letramento, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética, de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de outras linguagens.

Já ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas, quanto o que ainda precisam aprender. Ampliam-se a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente.

A transição dos anos iniciais para os anos finais, portanto, deve ser observada no sentido de que o educando ampliará e consolidará os conhecimentos despertados nos anos iniciais. Para que as mudanças ao longo do percurso do Ensino Fundamental – da Educação Infantil para os anos iniciais e, neste caso, especialmente, dos anos iniciais para os anos finais – não gerem fragmentação de nenhuma natureza, verifica-se a necessidade de acolhimento dos conhecimentos que o educando vai acumulando de uma etapa para a outra.

Assim, para assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens entre as duas fases do Ensino Fundamental, de modo a promover uma maior integração entre elas e garantir sucesso no ensino aprendizagem, tal transição deve ser refletida na elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas. Afinal, essa





transição se caracteriza por mudanças pedagógicas na estrutura educacional, decorrentes, principalmente, da diferenciação dos componentes curriculares. Como bem destaca o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, “os alunos, ao mudarem do professor generalista dos anos iniciais para os professores especialistas dos diferentes componentes curriculares, costumam se ressentir diante das muitas exigências que têm de atender, feitas pelo grande número de docentes dos anos finais” (BRASIL, 2010).

Segundo a BNCC, é importante, nos vários componentes curriculares, “retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes” (BRASIL, 2017, p. 58). Em outras palavras, os professores especialistas dos anos finais incumbir-se-ão de acolher e averiguar os conhecimentos desenvolvidos e internalizados no currículo dos anos iniciais de seus respectivos componentes; utilizá-los para angariar formações mais sólidas e complexas; e fortalecer o protagonismo dos estudantes em seu aprender e em sua relação com o outro e com o mundo.

Evidenciá-lo como protagonista refere-se a considerar justamente sua fase biológica, psicológica, social, afetiva, de construção da sua identidade. Realizar as necessárias adaptações e articulações, tanto no 5º como no 6º ano, para apoiar os alunos nesse processo de transição, significa compreender o adolescente em sua gama de realizações como ser humano, permitindo-lhe expressar-se e garantindo-lhe maiores condições de sucesso.

É preciso pensar sempre no ser humano antes de pensar em técnicas e métodos, pois só um ser humano realizado, compreendido, pode trilhar bem os caminhos da aprendizagem.

4.6 Organização do Trabalho Pedagógico para os Anos Finais

4.6.1 Planejamento

O trabalho docente implica em um ato técnico formativo, mas, sobretudo, político, humano e social. No entanto, para tal, impõe a escolha de que o ofício do professor seja organizado pelo ato de efetivar o planejamento da gestão da sala de aula, como atividade intencional, que promova o desenvolvimento integral de seus alunos em uma perspectiva humana, histórico-crítica. A formação humana deve ser analisada por meio do trabalho, pois esta é a atividade vital do homem, portanto, urge que, no planejamento docente, se compreenda essa dimensão como:

[...] uma atividade consciente que se objetiva em produtos que passam a ter funções definidas pela prática social. Por meio do trabalho, o ser humano incorpora, de forma historicamente universalizadora, a natureza ao campo dos fenômenos sociais. Neste processo as necessidades humanas se ampliam, ultrapassando o nível das necessidades de sobrevivência e surgindo necessidades propriamente sociais (SAVIANI; DUARTE, 2012, p. 21).

Assim, faz-se necessário compreender o planejamento como processo permanente de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação e das necessidades dos educandos, bem como do processo de racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos que promovam, não somente aprendizagem, mas desenvolvimento, ao alunado, de compreensão de seu papel histórico na sociedade, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações que imprimam resultados da constituição de um novo sujeito social.

Uma educação que, pelo processo dinâmico, possa ser criadora e libertadora do homem. Planejar uma educação que não limite, mas que liberte que conscientize e comprometa o homem diante do seu mundo. Este é o teor que se deve inserir em qualquer planejamento educacional (OLIVEIRA, 2007, p.27).

O planejamento de ensino, para ter sentido pessoal e significado social não somente para os alunos, mas para a comunidade escolar, necessita de uma ação participativa, envolvendo os sujeitos escolares, rompendo com o processo histórico da docência solitária e inaugurando uma governança no ato de planejar e executar as ações de ensino pelo conjunto de professores, alunos e demais sujeitos escolares, buscando o desenvolvimento de um trabalho integrado, interdisciplinar e comprometido com a transformação social.

Assim, a configuração do planejamento deverá, tanto na sua elaboração, quanto na execução, promover a prática da gestão democrática na escola, onde alunos e professores são sujeitos ativos no desenvolvimento das práticas pedagógicas, materializando-se assim a concepção de Freire (2000) *que não existe docência sem discência, quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender*.

Por este prisma, organiza-se uma lógica que possibilite um ambiente de aprendizagem e desenvolvimento de inserção de valores e princípios coletivos da





forma como a sociedade deverá ser organizada, com princípios de participação e intervenção de constituição de um novo tempo histórico, de uma nova sociedade. Assim, por meio do planejamento, a escola cumpre com sua função social de agência promotora de cidadania.

Nesse contexto, o ato de planejar considerará o conhecimento da realidade, as principais necessidades técnicas, humanas, sociais e culturais dos sujeitos envolvidos no processo escolar para, assim, traçar finalidades, metas daquilo que representa os interesses de desenvolvimento de um currículo com validade nacional, mas, sobretudo, com identidade amapaense, expressadas na diversidade cultural e étnica contidas na população afro, indígena, ribeirinha do norte do território brasileiro.

Reitera-se assim que, no ato de planejar, de efetivar o currículo escolar, o professor carrega a grande responsabilidade de formar cidadãos. Entretanto, é no decurso de suas escolhas profissionais que poderá eleger em possibilitar uma formação para sujeitos passivos ou para sujeitos com autonomia, plenamente capacitados para o exercício da cidadania.

4.6.2 Organização e Utilização do Espaço

O jeito como o espaço é estruturado e a forma que os materiais são organizados nas escolas são tão importantes para a educação quanto os conteúdos de aprendizagem. Sendo assim, a disposição dos materiais devem ser componentes do processo ativo educacional, uma vez que, se levado em conta que a organização dos espaços e materiais devem se constituir em um ambiente de aprendizagem para os alunos, pode-se observar uma intencionalidade clara em relação às experiências que iremos propiciar para os alunos, as “oportunidades de aprendizagem”. Os espaços então passam a ser um “elemento curricular”, ou seja, é de extrema importância que cada escola organize seus “cantos” para “atividades diversificadas”, pois os mesmos se tornam oportunidades de escolher e aprofundar preferências e de estabelecer novas interações; já para os professores os “cantos” trazem a oportunidade de observar os alunos em situações espontâneas, de conhecer suas preferências e de poder organizar os materiais, de modo que os alunos tenham acesso a novas interações de convivência e aprendizagem.

A sala de aula precisa refletir a proposta pedagógica da escola, visto que, a concepção que os profissionais da educação têm sobre a construção do conhecimento é diferenciada com relação ao projeto pedagógico de cada escola, assim como a maneira que os espaços disponíveis são utilizados, pois a organização

de um ambiente reflete a alma da instituição e o compromisso com os alunos.

No entanto, a organização e utilização do espaço não deve apenas dar prioridade à “sala de aula”, mas sim todas as áreas utilizáveis para iniciar reflexões, onde o aluno permaneça sendo sujeito ativo e o principal autor na produção e apropriação do conhecimento, pois o contrário disso direciona o educando a ser apenas um receptor passivo das informações.

Contudo, cabe à equipe de gestão, justamente com a coordenação pedagógica, firmarem parceria com os professores e levarem em consideração os seguintes questionamentos: o que o espaço está comunicando? Esta sala de aula é do aluno e para ele? Ele é o sujeito deste local? Para que os mesmos estejam contemplados no projeto político pedagógico de cada instituição de ensino.

4.6.3 Avaliação

Na escola, o processo de avaliação sustenta-se na concepção que se tem de educação e do papel da mesma na sociedade, dessa forma, o repensar crítico sobre a avaliação escolar deve estar associado ao projeto educacional, interdisciplinar e social que vem sendo construído e vivido pelos agentes escolares.

Por não constituir um registro meramente técnico, a avaliação implica um posicionamento político, inclui valores e princípios. Neste sentido, entende-se que deve privilegiar o movimento que avança em direção do desvelamento dos princípios que vêm norteando e permeando as práticas avaliativas, através da análise, tanto da teoria, tal como é percebida por professores e alunos, como da legislação que normaliza a prática da avaliação da aprendizagem, para explicitar a abordagem dominante, referente à avaliação da aprendizagem.

Esse processo de ensino-aprendizagem não é fácil, encontram-se subsídios para refletir constantemente sobre o que é avaliar? E quais elementos que auxiliam a tomar uma nova postura avaliativa? Deve ficar claro que avaliar envolve o exercício de apreciação sistemática e construtiva do processo de desenvolvimento das habilidades e de construção de conhecimentos pelos educandos. Envolve, também, a readequação constante da postura e da prática do professor em função da aprendizagem significativa do aluno.

Entretanto, ao refletir sobre a condução do processo de avaliação surgem alguns questionamentos: “o processo/instrumento de avaliação é eficiente? A avaliação promove ou exclui o aluno? Os professores sabem avaliar? Qual o objetivo do processo de avaliação?”

As respostas para estas indagações ainda se constituem em grandes desafios.





Isto porque o ato de avaliar tem sido utilizado como forma de classificação e não como meio de diagnóstico. Utilizada com função diagnóstica, seria um momento dialético do processo para avançar no desenvolvimento da autonomia e da competência. Com função classificatória, constitui-se num instrumento estático e inibidor do processo de crescimento, subtraindo do processo da avaliação aquilo que lhe é constitutivo: a reflexão na ação. Portanto, alguns instrumentos com competências e habilidades deverão ser inseridos neste processo, tais como:

Explorar a Leitura e a Escrita de forma cognitiva;

- Contextualizar;
- Parametrização regional;
- Atividades escritas;
- Dramatizações;
- Trabalho de pesquisa;
- Avaliação oral ou exposição oral dos alunos;
- Experimentação;
- Desenho;
- Maquetes;
- Produção textual;
- Portfólios;
- Álbuns e outros.

O papel do docente é estabelecer critérios e construir estratégias necessárias para avaliar diferentes momentos do processo de ensino-aprendizagem. Sua postura avaliativa possui múltiplas dimensões e implica, inclusive, aferir uma nota ou um conceito ao aluno. É preciso que se redimensionem exercícios, atividades avaliativas ou quaisquer outros instrumentos utilizados para avaliá-los.

O professor deve ter claro que todos os instrumentos que possam permiti-lo aferir alguma nota ou conceito só terão sentido se, por meio deles, conseguir identificar a apropriação de habilidades pelos alunos.

Se a finalidade do processo de aprendizagem na escola não é apenas o desenvolvimento da memória, é preciso que o docente:

- Defina quais as outras habilidades que seu educando deve desenvolver;
- Articule as unidades temáticas, os objetos do conhecimento e as habilidades previstas para os anos iniciais e anos finais / ciclo com os elementos dos saberes prévios dos alunos.

Essas definições devem ser apresentadas de modo claro no planejamento, a

fim de que o educador tenha parâmetros para reorganizar a ordem dos conteúdos trabalhados e sua metodologia de ensino.

De acordo com o que é estabelecido no Art. 24, inciso V, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

A avaliação do sistema deve partir dos objetivos e dos interesses definidos no processo ensino-aprendizagem em sala de aula. Deve ser construída e reconstruída a partir das Diretrizes e das propostas pedagógicas elaboradas coletivamente pelas escolas em seus projetos políticos pedagógicos e orientar-se pela sua prática, baseada nas identidades comuns em meio às diversidades locais, reconhecendo e garantindo, assim, a autonomia da escola na definição dos critérios e formas de avaliação.

- A avaliação deve ser prática constante do processo ensino-aprendizagem, como um instrumento de reflexão e autoavaliação do aluno no seu desenvolvimento;
- Devem-se buscar diversas formas de avaliação que promovam várias oportunidades de reflexão do processo de ensino pelo aluno, pela classe e pelo professor;
- As referências elaboradas pelo coletivo docente devem ser participadas à comunidade e registradas no regimento da escola;

A necessidade de compartilhar à comunidade o que foi definido em termos de avaliação é muito importante, porque é preciso que todos tenham consciência do significado que cada conceito ou nota possui no processo de ensino - aprendizagem do educando. Por outro lado, cabe à comunidade avaliar o processo avaliativo, apontando as dificuldades e os pontos positivos do processo.





E ainda, na Sessão III do Ensino Fundamental no art. 32, Inciso IV, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, diz que o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Enfatiza-se que os sistemas de ensino, as escolas e os professores, com o apoio das famílias e da comunidade, objetivam assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis e criando renovadas oportunidades para evitar que a trajetória escolar discente seja retardada ou indevidamente interrompida.

A avaliação deve conter a possibilidade de verificação, pelo aluno, de seu desenvolvimento além das notas quantitativas previstas no sistema escolar. Levar em consideração a experiência dos adolescentes nos contextos familiar, social e cultural, suas memórias, seu pertencimento em um grupo e sua interação com as mais diversas tecnologias. Em suma, pensar em avaliação é retomar a aprendizagem em multidimensões, nos campos sociais, pedagógicos, afetivos, culturais, tanto como produtos de conhecimento quanto como processos de conhecimento pelo alunado. “Avaliação (prova) é um momento privilegiado de estudo e não um acerto de contas”. (MORETO, 2010).

Por fim, precisa-se garantir a aprendizagem dos estudantes, porém, isto requer um trabalho de longo prazo que inclua avaliações formativas periódicas para orientar as práticas pedagógicas e olhar bem minucioso nos campos de atuação, sem esquecer as particularidades de cada Estado e Municípios em relação à cultura e o regionalismo.

4.6.4. Transição entre os Anos Finais e o Ensino Médio

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas. Tendo em vista essa maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes.

Nesse sentido, também é importante fortalecer a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação.

Os estudantes dessa fase inserem-se em uma faixa etária que corresponde à transição entre infância e adolescência, marcada por intensas mudanças decorrentes de transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais. Nesse período de vida, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, ampliam-se os vínculos sociais e os laços afetivos, as possibilidades intelectuais e a capacidade de raciocínios mais abstratos. Os estudantes tornam-se mais capazes de ver e avaliar os fatos pelo ponto de vista do outro, exercendo a capacidade de descentração, “importante na construção da autonomia e na aquisição de valores morais e éticos” (BRASIL, 2010).

As mudanças próprias dessa fase da vida implicam a compreensão do adolescente como sujeito em desenvolvimento, com singularidades e formações identitárias e culturais próprias, que demandam práticas escolares diferenciadas, capazes de contemplar suas necessidades e diferentes modos de inserção social. Conforme reconhecem as DCN, é frequente, nessa etapa,

[...] observar forte adesão aos padrões de comportamento dos jovens da mesma idade, o que é evidenciado pela forma de se vestir e também pela linguagem utilizada por eles. Isso requer dos educadores maior disposição para entender e dialogar com as formas próprias de expressão das culturas juvenis, cujos traços são mais visíveis, sobretudo, nas áreas urbanas mais densamente povoadas (BRASIL, 2010).

Há que se considerar, ainda, que a cultura digital tem promovido mudanças sociais significativas nas sociedades contemporâneas. Em decorrência do avanço e da multiplicação das tecnologias de informação e comunicação e do crescente acesso a elas pela maior disponibilidade de computadores, telefones celulares, tablets e afins, os estudantes estão dinamicamente inseridos nessa cultura, não somente como consumidores. Os jovens têm se engajado cada vez mais como protagonistas da cultura digital, envolvendo-se diretamente em novas formas de interação multimidiática e multimodal e de atuação social em rede, que se realizam de modo cada vez mais ágil. Por sua vez, essa cultura também apresenta forte apelo emocional e induz ao imediatismo de respostas e à efemeridade das informações, privilegiando análises superficiais e o uso de imagens e formas de expressão mais sintéticas, diferentes dos modos de dizer e argumentar característicos da vida escolar.

Todo esse quadro impõe à escola desafios ao cumprimento do seu papel em





relação à formação das novas gerações. É importante que a instituição escolar preserve seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais. Contudo, também é imprescindível que a escola compreenda e incorpore mais as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e também de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital. Ao aproveitar o potencial de comunicação do universo digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes.

Além disso, e tendo por base o compromisso da escola de propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos, é preciso considerar a necessidade de desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas, incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola.

Em todas as etapas de escolarização, mas de modo especial entre os estudantes dessa fase do Ensino Fundamental, esses fatores frequentemente dificultam a convivência cotidiana e a aprendizagem, conduzindo ao desinteresse e à alienação e, não raro, à agressividade e ao fracasso escolar. Atenta a culturas distintas, não uniformes nem contínuas dos estudantes dessa etapa, é necessário

[...] que a escola dialogue com a diversidade de formação e vivências para enfrentar com sucesso os desafios de seus propósitos educativos. A compreensão dos estudantes como sujeitos com histórias e saberes construídos nas interações com outras pessoas, tanto do entorno social mais próximo quanto do universo da cultura midiática e digital, fortalece o potencial da escola como espaço formador e orientador para a cidadania consciente, crítica e participativa.

Nessa direção, no Ensino Fundamental – Anos Finais, a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio. Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro, e de planejamento

de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social.

Diante do exposto, o Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, que representa o direito público subjetivo de todo cidadão brasileiro. Todavia, a realidade educacional do país tem mostrado que essa etapa representa um gargalo na garantia do direito à educação. Entre os fatores que explicam esse cenário, destacam-se o desempenho insuficiente dos alunos nos anos finais do Ensino Fundamental, a organização curricular do Ensino Médio vigente, com excesso de componentes curriculares e uma abordagem pedagógica distante das culturas juvenis e do mundo do trabalho.

Assim, para além da necessidade de universalizar o atendimento escolar aos estudantes do ensino médio, outros grandes desafios são colocados para o desenvolvimento pleno e exitoso desses sujeitos distintos e plurais, que carecem ser ressaltados, por exemplo: garantir a permanência e as aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas aspirações e singularidades juvenis presentes e futuras.

